



Jonas Pereira/Agência Senado



Presidente do Senado, Davi Alcolumbre (C), comanda sessão do Plenário em que foi aprovado projeto de lei de conversão

Vai à sanção regra para empréstimos às santas casas

Projeto decorre de medida provisória apresentada pelo governo para regulamentar lei que concede empréstimos do FGTS a entidades filantrópicas de saúde. MP foi aprovada ontem mesmo na Câmara

O Plenário aprovou ontem, como projeto de lei de conversão, a medida provisória que regulamentou a liberação de recursos do FGTS para ajudar santas casas e hospitais filantrópicos. Segundo a relatora, senadora Daniella Ribeiro, só 10%

das 2,1 mil santas casas têm equilíbrio financeiro. A MP foi aprovada também ontem pela Câmara. Como perdia vigência em 6 de maio, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, alegou relevância e urgência para colocá-la imediatamente em votação. **3**

Índios apresentam demandas ao presidente do Senado

Lideranças indígenas que estão no Acampamento Terra Livre, em Brasília, se reuniram ontem com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, para apresentar suas demandas. Eles pedem o retorno das demarcações de terras indígenas para o Ministério da Justiça. **2**



Marcos Brandão/Senado Federal

Os índios participam do Acampamento Terra Livre, em Brasília

Direito a cartão de crédito em braille é aprovado **3**

Paciente internado terá direito a dentista **3**

No Plenário, ministro da Saúde autoriza Spinraza pelo SUS

Em cerimônia no Senado com a primeira-dama, Michelle Bolsonaro, e o presidente da Casa, Davi Alcolumbre, o ministro da Saúde,

Luiz Henrique Mandetta, assinou portaria autorizando o SUS a distribuir o medicamento Spinraza, para amiotrofia muscular espinhal. **6**



Wellington Fagundes, Romário, Michelle Bolsonaro, Mandetta e Mara Gabrielli no Plenário

Fabricação e venda de sacolas plásticas e canudos poderão ser proibidas no Brasil

Projeto que proíbe no país a fabricação, a importação, a distribuição e a venda de canudos e sacolas de plástico e de cosméticos contendo microplástico foi aprovado ontem pela Comissão

de Meio Ambiente. A proposta recebeu pedido de urgência e segue para o Plenário. O texto é proveniente de uma sugestão legislativa, proposta por meio do Portal e-Cidadania. **8**

Extinção da cota para mulheres em eleição é rejeitada em colegiado

Projeto que propunha revogar o percentual mínimo de vagas de 30% para candidaturas de cada sexo foi rejeitado ontem na Comissão de Constituição e Justiça. Para o relator, Fabiano Contarato, o texto desestimula a participação feminina na política. **4**

Para ministro, investir em ciência e tecnologia traz soluções para crises

Diretrizes, prioridades e estratégias do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações foram apresentadas ontem pelo ministro Marcos Pontes em audiência. Ele defendeu o desbloqueio de recursos do orçamento de 2019 para a pasta. **7**

SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em www.senado.leg.br/simplificou

Presidente do Senado recebe demandas de povos indígenas

Acampados em Brasília para uma conferência, lideranças de todo o país pediram que a demarcação de terras volte a ser atribuição da Funai e que o órgão volte a ser vinculado ao Ministério da Justiça

O RETORNO DAS demarcações de terras indígenas para o Ministério da Justiça e Segurança Pública, após a atribuição ter sido transferida por meio de medida provisória para o Ministério da Agricultura, foi uma das reivindicações apresentadas ontem ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, por lideranças indígenas. Acampados esta semana em Brasília, indígenas de todo o país tentam sensibilizar o governo e parlamentares para suas demandas.

Editada em janeiro, a MP 870/2019 alterou a estrutura do governo federal. A medida passou a Funai — desde 1990 vinculada à pasta da Justiça — para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. E a demarcação de terras indígenas, antes a cargo da Funai, passou para o Ministério da Agricultura.

Segundo o representante da Articulação dos Povos Indígenas e do Acampamento Terra Livre, Lindomar Terena, Davi se comprometeu a ajudar.

O senador Flávio Arns (Rede-PR) e a deputada Joenia Wapichana (Rede-RR) avaliaram que é possível reverter as mudanças. Segundo Arns, a MP 870, que está sendo analisada em comissão mista, já recebeu diversas emendas

nesse sentido.

— Nós, senadores, vamos apoiar. Acho que são coisas tranquilas de serem feitas.

Chico Rodrigues (DEM-RR), Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Telmário Mota (Pros-RR) também participaram do encontro.

Em sua 15ª edição, o acampamento é a maior conferência do Brasil sobre povos tradicionais e reúne cerca de 3 mil pessoas.



Entre representantes indígenas, Davi ouve a deputada Joenia Wapichana

Davi recebe vice-presidente da Assembleia do Vietnã

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, recebeu ontem uma delegação da Assembleia da República Socialista do Vietnã, liderada pelo vice-presidente, Uông Chu Lu'u. É a primeira vez que um grupo de parlamentares vietnamitas visita a Casa.

— A relação bilateral de cooperação dos nossos parlamentos é fundamental para o desenvolvimento das nossas regiões e dos nossos países. Que através deste encontro possamos avançar nas relações de parceria e amizade

com o Parlamento do Vietnã — afirmou Davi.

Durante o encontro, o vice-presidente da assembleia apresentou a situação econômica do Vietnã. Segundo ele, a relação comercial com o Brasil é impulsionada, principalmente, pela exportação de produtos eletrônicos. O país do Sudeste Asiático é considerado um dos maiores polos mundiais da indústria de tecnologia. Os grãos estão entre os produtos que vietnamitas compram do Brasil.

— Esperamos a evolução do

nosso relacionamento bilateral e temos aprofundado cada vez mais os nossos laços de amizade e cooperação, apesar da nossa distância geográfica — ressaltou Uông Chu Lu'u, representante do parlamento daquele país, que é unicameral e tem 500 membros.

O grupo é a terceira comitiva internacional que Davi recebeu neste ano. Representantes dos Parlamentos da França e de Israel também cumpriram agenda no Congresso.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Impasse entre estados, DF e União adia análise de MP

Foi adiada a votação do relatório da medida provisória que permite a criação de uma região metropolitana do Distrito Federal com municípios de Minas Gerais e Goiás. Não há consenso sobre uma emenda do relator, deputado José Nelto (Pode-GO), que determina a transferência de recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) para a implementação e manutenção da região. O adiamento foi sugestão do senador Izalci Lucas (PSDB-DF).

A votação da MP 862/2018 tem sido adiada desde 11 de abril, quando foi apresentado o primeiro relatório. Na ocasião, o relator apresentou emenda atribuindo à União a responsabilidade de complementar 20% dos recursos do FCDF para a região metropolitana. Tais

recursos deveriam ser administrados de forma conjunta pelos entes federativos.

— Criar uma região metropolitana sem orçamento é política de enganação, que fica só no papel. Queremos saúde, segurança, educação, infraestrutura de verdade — disse Nelto.

Sem acordo com a União para as mudanças que sugere, o deputado alterou o relatório, mas desagradou os representantes do Distrito Federal. O novo texto, apresentado ontem, retirou da União a responsabilidade de complementar o fundo e determinou a retirada de 20% dos recursos destinados ao DF para a região metropolitana.

Na opinião dos parlamentares do DF, é inconstitucional alterar a destinação dos recursos e a aprovação geraria questionamentos no Supremo

Tribunal Federal (STF).

Com as mudanças propostas pelo relator, disse a deputada Bia Kicis (PSL-DF), estados tentam avançar sobre um dinheiro que não lhes pertence.

O presidente da comissão mista, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), disse que o problema é de pontos de vista diferentes entre governadores. Para ele, enquanto Ibaneis Rocha, do Distrito Federal, considera possível garantir a criação da região sem previsão de recursos, Ronaldo Caiado, de Goiás, diz ser preciso garantir verbas específicas.

— Houve um conjunto de boas intenções, embora com divergência de pontos de vista, que acabaram inviabilizando a votação da medida, que vence em 14 de maio — alertou Pacheco.

Comissão não discutiu pontos polêmicos da reforma, afirma Paim

Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem que a reforma da Previdência foi aprovada sem



a discussão necessária pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara. Para o senador, não foram discutidos pontos relevantes e polêmicos da PEC 6/2019

— A capitalização foi mantida na íntegra. Quem entra na capitalização? Servidor público entra? Eu não sei. Por isso, vou fazer o requerimento de informação desse tal de sigilo que agora fizeram. Eles vão ter que me responder.

Otto: Previdência não é o único tema que precisa de solução

O governo precisa apresentar outras propostas em benefício da população em



vez de defender só a reforma da Previdência, afirmou ontem Otto Alencar (PSD-BA).

No mesmo sentido, disse, não é hora de o Legislativo repercutir notícias envolvendo integrantes do governo e sim de trabalhar pela sociedade.

— O governo vai apresentar o quê para gerar emprego e renda para tirar, já, 45 milhões que estão na linha da pobreza e 15 milhões que estão abaixo da linha?

Alvaro Dias defende sistema previdenciário de capitalização

A reforma da Previdência não pode ser vista como um milagre capaz de salvar o país,



afirmou ontem Alvaro Dias (Pode-PR). O senador defendeu um sistema de previdência de capitalização que tenha um fundo administrado por um conselho com integrantes do poder público e privado, onde o recurso fosse aplicado e gerasse lucros. Para ele, outra medida que deve ser debatida é o sistema tributário, a ser adotado com modelo progressivo, em que o tributo seja maior no consumo do que na renda.

Chico Rodrigues elogia aprovação rápida em comissão da Câmara

Chico Rodrigues (DEM-RR) elogiou a rapidez com que a Comissão de



Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou a proposta da reforma da Previdência. Ele destacou a força política do governo, já que a PEC tem apenas 60 dias de tramitação. O senador elogiou o empenho do presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

— É um resultado absolutamente expressivo da maioria: 48 a 18 — afirmou.

Para ele, a população manifesta confiança no presidente Jair Bolsonaro.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CAS Bebês com microcefalia**
8h30 Audiência para discutir direito de nascer de bebês com microcefalia. Representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos está entre os convidados.
- CDH Progressão de pena**
9h Entre 25 itens, o PLS 499/2015, que aumenta os prazos para a progressão de pena.
- CMA Cadastro Ambiental Rural**
9h Audiência para analisar dados do Cadastro Ambiental Rural e preservação ambiental por produtores rurais.
- MP 870/2019 Ministérios**
9h Audiência pública.
- MP 871/2019 Fraudes em benefícios**
9h30 Audiência pública.
- CTFC Obras paradas em creches**
10h Audiência para discutir obras paralisadas de creches e pré-escolas.

- MP 863/2018 Capital de fora em aéreas**
10h Análise do relatório.
- MP 868/2018 Marco do Saneamento**
10h Análise do relatório.
- SESSÃO ESPECIAL Povos indígenas**
10h Sessão destinada a homenagear os povos indígenas.
- MP 869/2018 Dados pessoais**
12h Análise do relatório.
- CI Construção de ferrovias**
14h Audiência para discutir o PLS 261/2018, que estabelece modelo de exploração privada para incentivar construção de ferrovias. Estão convidados representantes da Agência Nacional de Transportes Terrestres, dos Ministérios da Infraestrutura e da Economia, da Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Carga e da Federação Interstadual de Trabalhadores Ferroviários da CUT.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Aprovadas regras para empréstimo a santas casas

Após consenso, o Plenário do Senado aprovou o texto ontem à noite logo após a aprovação pela Câmara dos Deputados. A intenção era evitar que a medida perdesse o prazo de vigência

O SENADO APROVOU ontem o projeto de lei de conversão decorrente da medida provisória que regulamentou pontos pendentes relativos aos empréstimos do FGTS a santas casas e hospitais filantrópicos. Por trazer mudanças com relação ao texto original da MP 859/2018, o projeto segue para a sanção presidencial.

O PLV 3/2019 foi analisado pelos senadores logo após a votação na Câmara dos Deputados, que ocorreu também ontem. A intenção era evitar que a medida perdesse o prazo de vigência, em 6 de maio, já que o feriado do Dia do Trabalhador pode atrapalhar as votações na próxima semana.

— Fizemos acordo de suspender a próxima sessão para votarmos a MP, mas, como a medida chegou antes do previsto da Câmara e há consenso, quero submeter à votação, por mérito, relevância e urgência dessa proposta — disse o presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

O texto é um desdobramento da MP 848/2018, que criou linha de crédito para entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS). Antes, o FGTS só podia ser aplicado em



Só 10% das 2,1 mil santas casas têm situação financeira equilibrada

habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana. A MP 848 já foi transformada em lei, mas os empréstimos ainda não estavam sendo feitos por pendências na regulamentação.

— O Brasil tem ao todo 2,1 mil santas casas e somente 10% delas têm situação financeira equilibrada — afirmou a relatora, Daniella Ribeiro (PP-PB), ao explicar a urgência.

A medida foi aprovada com mudança acatada pela relatora que inclui entre as instituições beneficiárias as que atuam para pessoas com deficiência.

De acordo com o governo, como o objetivo dos empréstimos é emergencial e momentâneo, a MP determinou um prazo para que possam ser feitos: até o fim de 2022. Outra pendência resolvida pela MP foi a permissão para

que as taxas de juros dos empréstimos tragam embutido um percentual para suportar o risco dessas operações.

O risco dos empréstimos aos hospitais filantrópicos ficará a cargo da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e do BNDES. Os três bancos são os agentes financeiros da linha de crédito. A taxa de juros para os hospitais filantrópicos foi definida pela MP 848 e será limitada a uma das modalidades de financiamento habitacional, que hoje está entre 7,85% e 9% ao ano.

O texto estabelece também que as garantias das operações poderão ser exigidas de forma isolada ou cumulativa. A lei do FGTS estabelece garantias que podem ser fornecidas pelo tomador do empréstimo, como hipoteca e seguro de crédito.

Paciente internado deverá ter direito a dentista

O Plenário aprovou projeto que torna obrigatória a prestação de assistência odontológica a pacientes internados em hospitais públicos ou privados de médio ou grande porte e aos pacientes em regime de internação domiciliar, bem como a portadores de doenças crônicas, internados ou não. O PLC 34/2013, já votado na Câmara dos Deputados, segue para sanção.

O texto determina que os

hospitais públicos e privados mantenham profissionais de odontologia para a prestação de cuidados de saúde bucal nos casos destacados. O relator do projeto, o ex-senador e hoje deputado Sergio Souza (PMDB-PR), argumenta no texto que pacientes internados podem ficar muito tempo incapacitados de realizar a própria higiene bucal, o que pode causar o surgimento de infecções da cavidade oral e

do trato respiratório.

Havia um segundo relatório, da ex-senadora Ana Amélia, que alterava o conteúdo, incluindo os planos de saúde na obrigatoriedade de prestar auxílio odontológico e facultando o tratamento ao consentimento do paciente.

No entanto, os senadores preferiram aprovar o projeto original, para que ele não precisasse retornar para a Câmara.

Frente parlamentar pela juventude é aprovada

Projeto de resolução que cria a Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas para a Juventude foi aprovado ontem pelo Plenário e será encaminhado à promulgação.

Entre as finalidades da frente, estão a de propor e analisar programas que disciplinem os assuntos referentes às políticas públicas de juventude, e a de realizar eventos para difundir medidas legislativas necessárias à regulamentação do segmento.

O parecer favorável ao PRS 30/2019, do senador Irajá (PSD-TO), foi lido pelo senador Marcelo Castro (MDB-PI), em substituição à Comissão Diretora e à Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A votação do projeto foi acompanhada por representantes do Conselho Nacional da Juventude e por lideranças estaduais do setor.

Na justificativa do projeto, Irajá — o mais jovem senador eleito na história do país —

destaca que o Brasil tem 51 milhões de jovens, que convivem com a falta de políticas específicas à juventude. De acordo com ele, a frente é um esforço para cristalizar o Estatuto da Juventude (Lei 12.852, de 2013).

"Garantir a efetividade do Estatuto da Juventude é reforçar um pilar essencial para que a maior geração de jovens assumam um papel de protagonista na construção do país", afirma Irajá no texto.

Direito a cartão de banco em braile será enviado à sanção

O Plenário aprovou ontem projeto que garante às pessoas com deficiência visual o direito de receber cartões de crédito e de movimentações bancárias com caracteres de identificação em braile. O PLC 84/2018 segue agora para a sanção.

Pelo projeto, as pessoas com deficiência visual poderão solicitar os seguintes itens: etiqueta de filme transparente com a identificação do tipo do cartão e os seis últimos dígitos impressos em braile; identificação do tipo do cartão, indicado pelo primeiro dígito da esquerda para a direita; fita adesiva para fixar a etiqueta em braile no cartão; e porta-cartão com inscrição, em braile, de todas as informações constantes no cartão.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou

que o projeto é uma forma de homenagem ao autor, o ex-deputado Rômulo Gouveia — que foi deputado federal e vice-governador da Paraíba e morreu no ano passado aos 53 anos. A senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) destacou o alcance do projeto, ao lembrar que o Brasil tem mais de 6 milhões de pessoas com deficiência visual.

Vários senadores elogiaram a proposta, como Raulo Rodrigues (Rede-AP), Jorge Kajuru (PSB-GO) e Zenaide Maia (Pros-RN). Alvaro Dias (Pode-PR) lembrou ter apresentado um projeto de mesmo teor, que "está parado na Câmara". Já Eliziane Gama (Cidadania-MA) lamentou o fato de, muitas vezes, o poder público e as empresas não atenderem os deficientes de maneira satisfatória.

Tipificação de denúncia eleitoral caluniosa passa em Plenário

Acusar falsamente um candidato a cargo político com o objetivo de afetar a sua candidatura pode passar a ser considerado crime de "denúncia caluniosa com finalidade eleitoral". A nova tipificação criminal está prevista em projeto aprovado no Plenário ontem. O PLC 43/2014 segue para a sanção.

A legislação atual pune o crime de calúnia eleitoral com penas alternativas e suspensão condicional. Pelo projeto, a pena será de dois a oito anos de prisão, mais multa, e pode aumentar em um sexto, caso o autor do crime utilize nome falso ou faça denúncia anônima. A pena poderá ser reduzida

pela metade se o autor acusar o candidato inocente de infrações leves. Quem estiver ciente da inocência do candidato e divulgar as acusações, por qualquer meio e com finalidade eleitoral, também estará sujeito às mesmas penalidades.

O relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Acir Gurgacz (PDT-RO), disse que o projeto combate atitudes que afetam negativamente a opinião pública. O autor, deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), afirma na justificativa que o crime pode impedir o acesso de alguém a cargo público e, por isso, quem o comete deve receber pena mais adequada.

Avança política de incentivo à criação de cabras e ovelhas

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem projeto que cria a Política Nacional de Incentivo à Ovinocaprinocultura. O objetivo é desenvolver raças mais produtivas e aumentar a rentabilidade dos rebanhos de ovelhas e cabras. Do deputado Afonso Hamm (PP-RS), o PLC 107/2018 segue para análise do Plenário.

A política nacional busca promover a regularização do abate e do comércio de produtos derivados, como carne, lã, couro e laticínios, e o estímulo ao processamento industrial, familiar e artesanal desses produtos.

Em relatório favorável à proposta, o senador Lasier Martins (Pode-RS) ressaltou o potencial da atividade para a geração de trabalho e renda de agricultores familiares:

"Destaca-se que, de modo geral, o consumo per capita de carnes da ovinocaprinocultura ainda é bastante baixo no Brasil. Mesmo assim, a produção nacional é insuficiente e as importações de carnes ovinas, predominantemente do Mercosul (Uruguai), têm sido necessárias para o suprimento da demanda, cuja tendência é crescente", afirma.

Com Agência Câmara

Comissão rejeita fim da cota para mulheres em eleição

O autor do projeto argumentou que a cota não tem sido eficiente para estimular as mulheres a concorrerem a cargo eletivo. Mas senadores disseram que a proposta viola uma conquista feminina

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) rejeitou ontem projeto que revoga o percentual mínimo de vagas, 30%, para candidaturas de cada sexo. Para o relator, Fabiano Contarato (Rede-ES), o PL 1.256/2019 desestimula a participação feminina na política.

— Se depender de mim, as mulheres terão um aliado incondicional. Não só para a manutenção dos seus direitos, mas para evitar que os direitos que elas conseguiram sejam violados. Os homens estão à frente das mulheres no processo legislativo há mais de 400 anos. A mulher só teve direito ao voto em 1932 — afirmou.

O autor do projeto, Angelo Coronel (PSD-BA), negou que sua intenção fosse retirar o percentual, incluído em 2009 na Lei Eleitoral. Segundo ele, o objetivo era evitar que os partidos políticos ficassem impedidos de registrar chapas caso a cota não fosse alcançada.

— Não sou contra candidatura feminina. Mas a medida não tem alcançado efeito prático: a participação de mulheres nas últimas eleições não se mostrou diferente do patamar histórico. O quadro se mostra ainda menos positivo quando



Plenário da CCJ, na análise do projeto que pedia a revogação das cotas

se constata que mulheres têm sido compelidas a participar do processo eleitoral apenas para assegurar o percentual exigido, numa prática de candidaturas-laranja — afirmou.

Integrantes da bancada feminina criticaram o projeto. Para Rose de Freitas (Pode-ES), ele é “desnecessário”:

— Nossa luta é para ter mais mulheres na política, fazendo jus aos 51% que representamos na sociedade brasileira. Esse é um projeto desnecessário, fomenta apenas angústia e ansiedade nas mulheres.

A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) classificou a proposta como um retrocesso.

— Quando recebi esse projeto, não acreditei. Como pode alguém apresentar um projeto dessa natureza? Lutamos

muito para chegar aqui.

Leila Barros (PSB-DF) defendeu a manutenção da cota de 30% na Lei Eleitoral.

— Sabemos que a política é masculina, sabemos que é difícil ser mulher num país em que, por mais que sejamos 51% da população, tudo é ditado pelos homens. Mas nunca fomos tão competitivas em uma eleição como fomos no último pleito.

Alessandro Vieira (Cidadania-SE) rebateu o argumento de candidaturas-laranja:

— O primeiro ponto para quem quer cortar o laranjal é cortar quem planta a laranja, não cortar a possibilidade de candidaturas femininas. O caminho é criminalizar quem usa a política para benefício próprio ou para lucro — disse.

Relatório de MP sobre proteção de dados é adiado

A apresentação do relatório sobre a medida provisória que regulamenta a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709, de 2018) foi adiada ontem, a pedido do relator, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP). A sessão foi suspensa e será reaberta hoje, às 12h.

O pedido foi apoiado pelos membros da comissão e acatado pelo presidente, senador Eduardo Gomes (MDB-TO). Depois da apresentação, será

concedida vista coletiva para todos os parlamentares. A votação do relatório acontecerá na próxima semana.

A MP 869/2018 regulamenta a Lei Geral de Proteção de Dados, que entrará em vigor em 2020. A principal inovação do texto é a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), órgão responsável por implementar a legislação e fiscalizar o seu cumprimento.

A MP modifica dispositivos da lei, flexibilizando a vedação do acesso a dados pessoais em diversos casos. Informações destinadas à elaboração de políticas públicas, prestação de serviços por órgãos estatais e pesquisa acadêmica ficam de fora da rede de proteção. Antes, exigia-se o expresso consentimento do titular dos dados e a comunicação à ANPD para o seu uso com essas finalidades.

Zenaide critica correção do mínimo apenas por inflação

A intenção do governo federal de aumentar o salário mínimo apenas para cobrir as perdas com a inflação foi criticada por Zenaide Maia (Pros-RN). Para a senadora, é um retrocesso romper com a política de valorização do mínimo, em vigor desde 2004, que previa também um aumento real de acordo com o crescimento do produto interno bruto (PIB) do ano anterior.

— Se essa proposta do governo Bolsonaro for aprovada pelo Congresso, mais da metade da população brasileira será prejudicada.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Plínio defende diretoria do BC independente

Plínio Valério (PSDB-AM) defendeu projeto dele que dispõe sobre nomeação e demissão do presidente e diretores do Banco Central. O PLP 19/2019, explicou, tem como objetivo blindar o banco de pressões políticas do governo.

— O que se pretende é garantir estabilidade aos dirigentes do Banco Central, para que possam exercer de forma independente seu papel de defender a moeda, de combater a inflação e garantir o poder de compra da população sem estarem sujeitos às pressões, ao contrário do que ocorre hoje.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Major Olimpio contesta oferta para deputados

Major Olimpio (PSL-SP) contestou reportagem da *Folha de S.Paulo* segundo a qual o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, teria oferecido R\$ 40 milhões em emendas parlamentares para deputados federais que votassem a favor da reforma da Previdência (PEC 6/2019) na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

— Duvido que o chefe da Casa Civil fosse, em nome do presidente, fazer uma oferta criminosa dessa natureza, porque isso desmontaria tudo que foi apresentado para a população brasileira.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Desemprego em março é tragédia, diz Humberto

O fechamento de mais de 43 mil postos de trabalho em março é uma tragédia social, afirmou o senador Humberto Costa (PT-PE). Ele ressaltou que o mês teve os piores indicadores desde 2017, quando o país estava em recessão.

— As pessoas sentem na própria pele a rápida deterioração da situação econômica, tal quando se vai a um posto de gasolina e se paga R\$ 4,50 por um litro. Isso tem reflexo direto, por exemplo, no preço dos transportes e dos alimentos, que puxaram a alta da inflação no mês.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Comissão de Orçamento marca para maio escolha de relatores

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) adiou para 7 de maio a definição dos três cargos de vice-presidente e das relatorias do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO — PLN 5/2019) e do Plano Plurianual (PPA).

No caso da proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA), que, como o PPA, deve ser encaminhada pelo governo ao Congresso até o fim de agosto, também estão indefinidas as 16 relatorias setoriais de receita.

Não houve acordo entre os líderes partidários em relação à distribuição das vagas conforme a proporcionalidade das bancadas no colegiado.

O presidente da comissão, senador Marcelo Castro (MDB-PI), já designou o deputado Domingos Neto (PSD-CE) como relator-geral da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2020, indicado pelo maior bloco parlamentar no colegiado (DEM, MDB, PMN, PP, PRB, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB e PR).

Também ficou para maio a análise da MP 865/2018, que abriu crédito extraordinário de R\$ 225,71 milhões para gastos provenientes da intervenção federal em Roraima. O parecer do relator, deputado Hiran Gonçalves (PP-RR), é favorável. O valor já foi gasto.

Com Agência Câmara

Votação de mudanças na Lei Antidrogas é adiada

Projeto de lei da Câmara muda diferenciação entre usuário e traficante, aumenta penas para tráfico de drogas e estipula internação compulsória. Senadores pediram mais tempo para discutir a proposta

FICOU PARA 8 de maio a votação, nas Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), do projeto que torna mais rígida a Lei Antidrogas (Lei 11.343, de 2006). Além de endurecer a pena para traficantes, que passa de 5 para até 15 anos de prisão, o PLC 37/2013 regulamenta a internação involuntária do dependente.

Um pedido de vista coletivo mostrou a falta de consenso sobre a votação da proposta da Câmara, que espera definição do Senado há seis anos. Na reunião conjunta, os senadores apontaram a liberação tardia do relatório do senador Styvenson Valentim (Pode-RN), que, pelo Regimento Interno da Casa, deveria ocorrer em até 48 horas antes da reunião, mas só foi entregue na véspera.

No relatório, Styvenson defende o texto da Câmara, para evitar que emendas e o substitutivo já aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) levem a proposta a retornar à análise dos deputados.

— Mesmo reconhecendo que algumas alterações propostas são meritórias, o ganho para a sociedade é pequeno diante do tempo que levaria para a Câmara votar novamente esse projeto. Temos

urgência para reduzir a superlotação dos presídios por pequenos traficantes e concentrar esforços em prender os grandes — afirmou o relator.

Tráfico

O argumento de Styvenson não convenceu Fabiano Contarato (Rede-ES). Ele questionou a definição de usuário e de traficante. Identificar como usuário quem estiver com droga suficiente para até cinco dias de uso seria, para ele, um critério “subjetivo”.

Contarato também questionou o aumento da pena do tráfico de entorpecente, que subiria de 8 para 15 anos. Para ele, isso torna a pena desse crime proporcionalmente maior que a de homicídio.

Rogério Carvalho (PT-SE) lembrou que 62% das mulheres presas no Brasil são “mulas”, como são apelidados os traficantes de pequenas quantidades de drogas.

— Por outro lado, o filho de uma desembargadora foi preso com 10 kg de cocaína no carro e nada aconteceu a ele. O problema do projeto é que ele não quantifica o que é tráfico, isso está em aberto.

Humberto Costa (PT-PE) também reprovou a tentativa de aprovar o projeto sem prazo

para a leitura do relatório e sem um debate mais profundo.

Segundo senadores que defendiam a votação rápida do projeto, o prazo exíguo seria em razão da previsão de julgamento do tema pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 5 de junho. Três dos 11 ministros do STF já votaram pela descriminalização do consumo de drogas. O que for decidido pelo STF valerá para todas as ações judiciais sobre o tema.

Eduardo Girão (Pode-CE) foi um dos que defenderam celeridade na tramitação.

— Vamos avançar antes que o STF tire nossa prerrogativa e libere as drogas, o que seria um grande retrocesso.

Para Eliziane Gama (Cidadania-MA), Omar Aziz (PSD-AM), Esperidião Amin (PP-SC) e Lasier Martins (Pode-RS), não há por que esperar mais para votar a proposta.

— Houve acordo de líderes para apreciação do projeto no Plenário, desde que houvesse reunião de comissão temática. O projeto é bem conhecido e debatido — explicou Amin.

Maconha

O substitutivo aprovado na CCJ inclui dispositivos que permitem a importação de produtos à base de *Cannabis* para uso terapêutico e a criação de um limite mínimo de porte de drogas para diferenciar usuário de traficante.

Para Mara Gabrilli (PSDB-SP), uma nova lei antidrogas precisa ter previsão do uso terapêutico da *Cannabis*. A senadora disse que, embora a discussão do projeto seja antiga e haja urgência para votá-lo, as necessidades e expectativas mudaram e os senadores desta legislatura devem debater o tema.



Fernando Bezerra Coelho (E), relator da medida, ouve debatedores

Especialistas alertam para risco à fiscalização do trabalho

A extinção do Ministério do Trabalho coloca em risco a fiscalização das relações de emprego no país e a edição de normas protetivas do trabalhador. A afirmação foi feita ontem por integrantes de entidades ligadas à área em debate da comissão mista da MP 870/2019, que reorganizou a estrutura administrativa do Executivo.

Para o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Carlos Silva, a divisão das funções entre órgãos fragmenta as políticas públicas trabalhistas e compromete, em especial, a área de inspeção, até o ano passado comandada pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), órgão de segundo escalão do ministério extinto.

A MP e um decreto de regulamentação rebaixaram a atividade para o quarto escalão — uma subsecretaria vinculada a duas secretarias do Ministério da Economia.

— A inspeção do trabalho perdeu espaço, perdeu assento nas mesas onde as decisões são tomadas. Estamos, sim, diante de um equívoco conceitual, que terá repercussão na atuação

do Estado brasileiro — disse Silva.

O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Helder Amorim, também alertou para o conflito que pode surgir com o fim do ministério e o rateamento de parte das suas atribuições para a pasta da Economia.

— Há conflito de interesse evidente entre a edição de normas protetivas da saúde e segurança do trabalhador e a organização do processo econômico.

Amorim também criticou a transferência do registro sindical para o Ministério da Justiça. O relator da MP, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), já afirmou que deverá rever essa vinculação. Bezerra disse que vem conversando com o governo para a necessidade de ajustes no texto da medida.

— Existe espaço, sim, para que a gente possa promover ajustes que são considerados importantes e que vêm sendo colocados aqui nas audiências. O debate realizado nesta quarta foi o terceiro promovido pela comissão mista, que fará mais outros dois — disse Bezerra.

Jayme Campos quer mais controle de fronteiras

Jayme Campos (DEM-MT) anunciou a apresentação de dois projetos para aumentar a segurança nas fronteiras e impedir a entrada de drogas e contrabando. O objetivo do primeiro texto é reunir um grupo de parlamentares para acompanhar políticas e ações públicas dirigidas às fronteiras.

— É uma ação pioneira dentro do Congresso.

O segundo projeto destina 5% das verbas do Fundo Nacional de Segurança Nacional (FNNSP) para o Programa de Proteção Integrada das Fronteiras (PPIF).



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Kajuru defende PEC que torna o Fundeb permanente

Jorge Kajuru (PSB-GO) pediu apoio para a aprovação da PEC 33/2019, que torna permanente o Fundeb. Para o senador, é imprescindível manter o fundo, principal mecanismo de financiamento da educação básica no país. O Fundeb, disse Kajuru, contribui para a diminuição das desigualdades entre os entes federados e tranquiliza os professores quanto à remuneração que recebem.

A extinção do Fundo, no entanto, está prevista para 31 de dezembro de 2020, como alertou o senador.



Waldemir Bonetto/Agência Senado



Styvenson Valentim defende a aprovação rápida do projeto da Câmara

Debate sobre pacote de segurança será aprofundado

Os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) farão audiências públicas para a instrução das propostas do pacote de segurança, apresentado em março por um grupo de senadores (com conteúdo idêntico ao apresentado à Câmara dos Deputados pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro). Requerimentos para debater as três propostas foram aprovados ontem.

O PL 1.865/2019, que criminaliza o caixa dois com pena de dois a cinco anos de detenção, já obteve na CCJ o voto favo-

rável do relator, Marcio Bittar (MDB-AC). Ele apresentou emenda que agrava a punição quando ficar provada origem ilícita do dinheiro de caixa dois — proveniente de milícias ou de atos de corrupção, por exemplo.

Humberto Costa (PT-PE), autor do requerimento de audiência, pretende ouvir representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da associação de delegados, juízes federais e magistrados estaduais, de procuradores da República, entre outras autoridades. Esses convida-

dos também vão debater o projeto de lei complementar que determina o julgamento de crimes comuns ao processo eleitoral pela Justiça comum (PLP 89/2019), relatado por Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

Também será tema de audiência o PL 1.864/2019, que altera os Códigos Penal e de Processo Penal para agravar medidas contra a corrupção, sob relatoria de Marcos do Val (Cidadania-ES). O senador convidou juristas e especialistas para o debate, como o ministro do Superior Tribunal de Justiça Herman Benjamin.

Cerimônia no Senado libera Spinraza pelo SUS

Ministro da Saúde assinou no Plenário portaria para distribuição do medicamento para tratar amiotrofia muscular. Davi Alcolumbre e Michelle Bolsonaro participaram da sessão

O MINISTRO DA Saúde, Luiz Henrique Mandetta, assinou ontem, em reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) no Plenário do Senado, a portaria de incorporação do medicamento nusinersena (Spinraza) na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais do SUS. O remédio, que passará a ser distribuído gratuitamente, é indicado para pacientes com amiotrofia muscular espinhal (AME), doença rara que compromete o funcionamento de músculos e órgãos.

Em março, Mandetta esteve no Senado para audiência pública e ouviu depoimento de pacientes que precisam do remédio de alto custo para sobreviver. O ministério comprará o medicamento na modalidade compartilhamento de risco, em que o governo só pagará pelo remédio se houver melhora do paciente. O Spinraza é a primeira medicação incluída no SUS pelo viés da nova moda-

lidade. Atualmente, de acordo com a pasta, o tratamento por paciente custa R\$ 1,3 milhão por ano.

Desde 2017, decisões judiciais têm forçado o ministério a custear o medicamento, que chega a custar mais de R\$ 200 mil o frasco. De acordo com a pasta, 106 pacientes foram atendidos por determinação da Justiça. Em 2018 foram gastos R\$ 115,9 milhões com a

compra de Spinraza.

A previsão, de acordo com o Ministério da Saúde, é que o medicamento esteja disponível em centros especializados da rede pública em até 180 dias.

O presidente da CAS, senador Romário (Pode-RJ), disse que a disponibilização do medicamento pelo SUS vai trazer qualidade de vida aos pacientes e suas famílias.

— O medicamento Spinraza

traz esperança. Infelizmente não vamos conseguir curar definitivamente essas pessoas, mas, com essa portaria, vamos poder ajudar a levar qualidade de vida esses pacientes e diminuir suas dores — disse.

A assinatura do documento contou com as presenças do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e da primeira-dama, Michelle Bolsonaro.

O presidente do Senado afirmou que a incorporação do remédio é um dia histórico para as pessoas com doenças raras e agradeceu o empenho da primeira-dama, do senador Romário e do ministro Mandetta em prol dessas pessoas. Segundo ele, a união entre os Poderes da República e a sociedade civil permitiu resolver um problema que afligia milhares de brasileiros.

— É um fato histórico e inédito. É em reuniões como esta, com todos unidos — o Poder Executivo, o Poder Legislativo e

a sociedade abraçada e irmanada —, que conseguimos juntos resolver esse problema — disse.

Michelle Bolsonaro afirmou que o governo tem compromisso com todas as pessoas com doenças raras.

— As políticas públicas devem buscar alternativas para trazer o mínimo de conforto e bem-estar para esses cidadãos e familiares — defendeu.

Mandetta destacou que a modalidade de compartilhamento de risco na aquisição de medicamentos representa um avanço e aproxima o Brasil de países que já utilizam essa forma de compra, como Itália e Canadá.

De acordo com o ministro, o monitoramento dos pacientes será feito em parceria com centros de referência em tratamento de doenças raras.

— Estamos indo em direção ao que há de melhor em gestão pública de inclusão de medicamentos e insumos — afirmou.



Michelle Bolsonaro, Daniella Ribeiro, Romário, Mandetta e Mara Gabrilli

Empresa pode ser responsável por descartar remédio de uso humano ou veterinário

Remédios e suas embalagens poderão ter logística reversa obrigatória para o seu descarte. A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem projeto que inclui os medicamentos de uso humano e veterinário e as suas embalagens entre os produtos para os quais é exigido descarte final por meio de um sistema de logística reversa. O texto segue para a decisão final da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O PLS 375/2016, do senador Paulo Rocha (PT-PA), altera a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305, de 2010), que, entre outros temas, trata da logística reversa — ações de coleta de produtos usados e entrega ao seus fabricantes.

A intenção é reaproveitá-los num novo ciclo de produção ou providenciar uma destinação final adequada em termos ambientais. Pela lei atual, a logística reversa é obrigatória para

pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes, eletrônicos e seus componentes, embalagens de agrotóxicos, e lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista.

Ao justificar o texto, Paulo Rocha argumentou que frequentemente sobras de medicamentos ou produtos fora do prazo de validade são descartados indevidamente, provocando graves danos ambientais, com poluição da água e prejuízos

à saúde de pessoas e animais. Ele mencionou também o elevado número de acidentes por ingestão desses remédios por crianças. “Lixo comum, pias, ralos e vasos sanitários são os destinos mais frequentes, onde os medicamentos descartados alcançarão o meio ambiente, provocando danos diversos como contaminação da biota, feminização de peixes machos e desenvolvimento de resistência a antibióticos, e a poluição

de recursos hídricos”, afirma.

O relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), propôs alterações ao texto. Uma delas foi estender a logística reversa a medicamentos de uso veterinário. A outra foi incluir na Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605, de 1998), como resíduos cuja gestão inadequada é tipificada como crime, os produtos de logística reversa obrigatória, mesmo que não se enquadrem no conceito de perigoso.

Comissão vota proposta contra aborto em 8 de maio

A proposta de emenda à Constituição que assegura o direito à vida “desde a concepção” recebeu ontem relatório favorável da senadora Juíza Selma (PSL-MT). A votação da PEC 29/2015 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) está prevista para 8 de maio. O objetivo é deixar expressa na Carta Magna a proibição ao aborto.

A PEC, do ex-senador Magno Malta, foi desarquivada no início deste ano. No relatório, Juíza Selma argumenta que “o direito à vida desde a concepção é o principal entre todos os direitos humanos”.

A PEC prevê duas exceções em que o aborto pode ser autorizado sem punição: se não houver outro meio de salvar a vida da gestante ou se a ges-

tação resultar de estupro e a interrupção da gravidez tenha o consentimento da gestante ou de seu representante legal.

Fabiano Contarato (Rede-ES) e Alessandro Vieira (Cidadania-SE) apresentaram emendas para incluir a possibilidade de aborto no caso de feto anencéfalo. A relatora deve apresentar parecer às emendas na próxima reunião da CCJ.

Adiada votação de MP do prazo para regularização ambiental

Foi adiada a votação, prevista para ontem, da Medida Provisória 867/2018, que prorroga até 31 de dezembro de 2019 o prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental. O relatório do deputado Sergio Souza (MDB-PR), apresentado na forma de projeto de lei de

conversão, acatou parcial ou integralmente 30 das 35 emendas oferecidas pelos parlamentares. A presidente da comissão mista responsável por analisar a MP, senadora Juíza Selma (PSL-MT), concedeu pedido de vista coletiva e a reunião será retomada na segunda-feira.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário:
 Marcos do Val, Weverton,
 Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Recurso para ciência é investimento, diz ministro

Em audiência no Senado, Marcos Pontes defendeu a recuperação do orçamento para pesquisa e tecnologia. Segundo ele, todos os países desenvolvidos, quando estão em crise, aplicam mais no setor

RECURSOS APLICADOS EM ciência e tecnologia (C&T) não são gastos, são investimentos de alto e rápido retorno, afirmou o ministro Marcos Pontes ontem, em audiência na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Ele defendeu o desbloqueio de recursos do orçamento de 2019 para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

— O orçamento é incoerente com a importância do setor, extremamente estratégico para o desenvolvimento nacional. Todos os países desenvolvidos, quando estão em crise, investem mais em ciência e tecnologia, devido à capacidade desse setor de oferecer soluções em praticamente todas as áreas.

Pontes apresentou as diretrizes, prioridades e estratégias do ministério à CCT, por requerimento dos senadores Angelo Coronel (PSD-BA) e Chico Rodrigues (DEM-RR).

Todas as atividades do futuro estão baseadas em conhecimento e tecnologia, segundo o ministro. No entanto, a pasta ainda enfrenta problemas como perda de recursos humanos e não reposição de pesquisadores. O ministério teve o orçamento para 2019



Ministro Marcos Pontes apresenta ao Senado prioridades da pasta de C&T

contingenciado pelo governo federal em cerca de 42%, equivalente a R\$ 2,1 bilhões.

— Precisamos trabalhar com propósito, alinhando os esforços em todas as organizações, aperfeiçoar a coordenação com outras instituições, melhorar as condições de trabalho para manter o nível da pesquisa e atrair pesquisadores, pois muitos estão saindo do país.

De acordo com Angelo Coronel, como não há fiscalização, as empresas de internet não têm sido fiéis aos pacotes de banda larga contratados pelos cidadãos. Pontes respondeu que aguarda parecer da Anatel para começar a fazer correções nas operadoras.

Arolde de Oliveira (PSD-RJ) questionou se há estudos sobre

os problemas sociais causados pela substituição do trabalho humano por máquinas. Pontes respondeu que certas profissões deixarão de existir com o aperfeiçoamento tecnológico, mas outras serão criadas.

Izalci Lucas (PSDB-DF) pediu a integração entre os estados e o ministério e programas de popularização da ciência. Chico Rodrigues sugeriu parcerias privadas para o incremento das ações da pasta e defendeu que, sobretudo no Nordeste e na Amazônia, os investimentos em C&T sejam massificados.

Weverton (PDT-MA) agradeceu o tratamento do ministro em relação à Base de Alcântara (MA) que, segundo o senador, é “um dos berços do desenvolvimento do Brasil”.

Avança acordo que prevê entrada do Brasil na OCDE

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem o acordo de cooperação firmado entre o Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2015 (PDL 59/2019). Segundo frisou o relator na CRE, Antonio Anastasia (PSDB-MG), a organização atua para que seus membros adotem padrões

convergentes em questões comerciais, financeiras, ambientais e sociais.

O acordo ainda trata da base jurídica para as contribuições financeiras do Brasil à organização e cria mecanismos visando definir linhas de trabalho futuras. O senador cita também o documento encaminhado pelo Itamaraty, ainda durante a gestão de

Dilma Rousseff, para quem o acordo entre Brasil e OCDE “é especialmente relevante no momento em que o Brasil reforça suas estratégias de desenvolvimento, combinando crescimento econômico, inclusão social e a proteção ambiental”.

A análise do acordo entre Brasil e OCDE segue agora ao Plenário do Senado.

Custo de mulheres no serviço militar será avaliado

Por sugestão do senador Esperidião Amin (PP-SC), a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) decidiu enviar à análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o projeto que abre a possibilidade de mulheres prestarem o serviço militar ao completarem 18 anos. O objetivo da CRE é sanar dúvidas sobre o impacto orçamentário da proposta (PLS 213/2015) para as Forças Armadas.

— Eu mesmo sou totalmente favorável a que mulheres, caso assim o desejem, possam prestar o serviço militar, porque será mais uma bar-

reira de preconceito que será quebrada. A única dúvida que tenho é se as Forças Armadas foram consultadas acerca do impacto orçamentário dessa alteração, uma vez que ela inevitavelmente levará no mínimo à reforma de diversas instalações físicas de posse das três Forças — ponderou Amin.

O relator, Marcos do Val (Cidadania-ES), esclareceu que o texto como se encontra hoje foi feito em parceria com a assessoria parlamentar do Ministério da Defesa, estabelecendo a definição da nova rubrica orçamentária.

— Muita gente quer servir

hoje, mas não consegue. Devido a restrições orçamentárias, é limitado ao que cada Força consegue incorporar, isso não vai mudar — ponderou o senador Telmário Mota (Pros-RR).

O presidente da CRE, Nelsinho Trad (PSD-MS), consultou o colegiado sobre a sugestão de Amin, que foi acatada.

Apresentado pela ex-senadora Vanessa Grazziotin, o projeto concede às mulheres o direito de prestar o serviço militar, mas sem o caráter obrigatório. As interessadas deverão apresentar-se voluntariamente em uma unidade militar ao completarem 18 anos.

Debatedores pedem políticas em favor do empreendedorismo

A persistência dos obstáculos ao empreendedorismo e à inovação foi alvo de críticas em audiência ontem na Comissão Senado do Futuro. Os especialistas mostraram preocupação com a posição desfavorável do país em índices internacionais de inovação e cobraram políticas de aumento da eficiência.

A proposta de um novo marco legal de estímulo às startups foi destacada pelo subsecretário de Inovação no Ministério da Economia, Igor Nazareth.

— O Brasil ocupa a 64ª posição em inovação, mas o Brasil é o 13º lugar em publicações científicas. É fundamental conseguirmos levar a riqueza de conhecimentos que temos na academia e na ciência para as empresas, que é onde a inovação acontece.

O diretor de Administração do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), Júlio César Moreira, registrou as medidas que aumentaram a eficiência da autarquia nos últimos anos — historicamente, o registro de uma patente levava cerca de dez anos, prazo que caiu substancialmente.

O gerente de Inovação do Sebrae, Célio Cabral, cobrou o alinhamento entre os diferentes programas de apoio ao empreendedorismo. Ele avaliou positivamente o Marco Legal da Inovação, mas lamentou que a legislação tenha sofrido vetos essenciais. Do jeito que entrou em vigor, segundo ele, o texto impede o poder público de comprar de empresas inovadoras.

A diretora-geral da ONG Endeavor Brasil, Camilla Junqueira, apresentou números do IBGE que salientam a importância das empresas de alto crescimento. Esse setor corresponde a somente 0,5% das empresas, mas gerou 70% dos novos empregos nos anos recentes e paga salários acima da média nacional. Ela cobrou regras mais simples para o empreendedorismo e a remoção de dificuldades para abrir e fechar empresas, acesso a crédito e cumprimento de obrigações tributárias.

— Nosso ambiente de negócios é um dificultador tão grande para os empreendedores que é quase como se eles corresse uma maratona com um elástico amarrado na cintura — definiu.

Zequinha critica ações das Centrais Elétricas do Pará

Zequinha Marinho (PSC-PA) aplaudiu ontem a criação da Frente Parlamentar em Defesa do Consumidor de Energia Elétrica da Região Norte. Para o senador, a iniciativa vai contribuir para coibir práticas abusivas por parte das Centrais Elétricas do Pará (Celpa).

O senador afirmou que as centrais cobram caro pela energia e exigem que todos os consumidores desembolsem dinheiro para cobrir o prejuízo pelos “gatos”.

Segundo ele, uma força-tarefa já ajuizou ação para pedir indenização a ser paga pela Celpa.



Zequinha Marinho/Agência Senado

Vanderlan lamenta fim de mineradora de amianto

O prazo para o fechamento da mineradora Sama, responsável pela exploração do amianto crisotila, deve ser decidido pela Assembleia Legislativa de Goiás, e não pelo Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu Vanderlan Cardoso (PP-GO).

Para o senador, o encerramento das atividades da empresa interferirá diretamente na economia de Minaçu (GO). O senador destacou que, em Minas Gerais, foi a Assembleia Legislativa que estabeleceu o cronograma de encerramento das atividades das empresas que exploravam o amianto.



Vanderlan Cardoso/Agência Senado

RÁPIDAS

PARER DA MP DO MARCO DO SANEAMENTO FICA PARA HOJE

A reunião de ontem da comissão mista da MP que altera o Marco Legal do Saneamento Básico foi suspensa e será retomada hoje para a leitura do relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). A MP 868/2018 atribui à Agência Nacional de Águas (ANA) competência para editar normas sobre o serviço de saneamento.

FRENTE PARLAMENTAR VAI AVALIAR ENERGIA NO NORTE

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou ontem a criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Consumidor de Energia Elétrica da Região Norte. O autor do PRS 24/2019, Zequinha Marinho (PSC-PA), justifica a proposta pela baixa qualidade dos serviços das concessionárias, bem como pelos últimos reajustes de tarifa.

Proibição de canudo e sacola plástica segue para Plenário

Aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, projeto também proíbe o uso do microplástico em cosméticos que podem se acumular na água, como maquiagens, protetores solares e esfoliantes

CANUDOS E SACOLAS de plástico podem ser proibidos no Brasil. É o que estabelece o projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). O texto, que também proíbe o uso de microplástico em cosméticos, é proveniente de uma sugestão legislativa. A proposta recebeu pedido de urgência e segue para votação em Plenário.

A ideia legislativa foi sugerida pelo cidadão Rodrigo Padula de Oliveira, de Niterói (RJ), e foi apoiada por mais de 24 mil pessoas no Portal e-Cidadania. Com 20 mil apoios, as ideias legislativas são transformadas em sugestões, que são analisadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e podem virar projetos de lei. A sugestão foi relatada pela ex-senadora Regina Sousa, atual vice-governadora do Piauí, e aprovada pela comissão, sendo transformada no PLS 263/2018.

Pelo texto, ficam proibidas a fabricação, a importação, a distribuição e a venda de sacolas plásticas para guardar e transportar de mercadorias, além de utensílios plásticos descartáveis para consumo de alimentos e bebidas, como é o caso dos canudos. A exceção é



Pelo texto, ficam proibidas fabricação e distribuição de sacolas plásticas

para as sacolas e utensílios descartáveis feitos com material integralmente biodegradável.

No caso dos cosméticos com micropartículas de plástico, valem as mesmas proibições das sacolas e dos utensílios plásticos, além da proibição de registro. As micropartículas são usadas em vários produtos, como maquiagens, protetores solares e esfoliantes e podem se acumular nas águas de oceanos e rios.

Peixes

Além de demorar para degradar, esses componentes podem entrar na cadeia alimentar de peixes, por exemplo, por isso já há ações para a proibição deles em vários países. De acordo com o Banco Mundial, o Brasil

é o quarto maior produtor de lixo plástico no mundo, com 11,3 milhões de toneladas por ano.

O relatório do senador Roberto Rocha (PSDB-MA), favorável à proposta, foi lido na reunião por Confúcio Moura (MDB-RO). O texto menciona a situação de animais marinhos mortos por ingestão de plásticos. As tartarugas, por exemplo, são os animais mais ameaçados no Brasil por esse tipo de contaminação.

— Com um tempo de degradação mais curto, frequentemente inferior a 180 dias, podem-se reduzir novos aportes desse material nos oceanos e diminuir também seu descarte inadequado no meio ambiente — disse Confúcio.

Vai a Câmara projeto sobre licenciamento ambiental

Projeto que possibilita o aproveitamento de dados de licenciamentos ambientais anteriores no caso de empreendimentos geograficamente próximos foi aprovado ontem em decisão terminativa na Comissão de Meio Ambiente (CMA). O texto (PLS 458/2018) segue para a Câmara.

Pela proposta, de José Serra (PSDB-SP), o aproveitamento de estudos ambientais de empreendimentos anteriores só será permitido desde que esses dados sejam compatíveis em termos de localização e ade-

quados quanto a metodologia de coleta, esforço amostral e época de levantamento.

Serra disse que uma das razões para a demora no licenciamento ambiental é a excessiva complexidade dos estudos ambientais, para os quais são exigidos diagnósticos pormenorizados.

A cada novo pedido de licenciamento ambiental, mesmo que em uma mesma área geográfica, é exigido novo estudo, que efetuará novos diagnósticos. “Disso podem resultar duas consequências

práticas: o retrabalho e, por conseguinte, o desperdício de esforços ou a reprodução pouco crítica de informações já levantadas, em vista da economicidade”, ressalta o senador.

A proposta teve voto favorável do relator, Wellington Fagundes (PR-MT), e o parecer foi lido por Otto Alencar (PSD-BA). Para Marcio Bittar (MDB-AC), o projeto promove equilíbrio no debate sobre o tema.

— A burocracia não pode chegar ao ponto de inviabilizar totalmente a atividade humana na área rural — afirmou.

Proposta estimula agricultor familiar a estudar

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem projeto de lei que reserva, no mínimo, 10% das vagas dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia (Ifets) para pessoas ligadas à agricultura familiar.

Atualmente 50% das vagas dessas escolas são destinadas à educação profissional técnica de nível médio e 20% para cursos de nível superior.

Na justificativa do projeto

(PL 778/2019), o autor, Chico Rodrigues (DEM-RR), alerta para a necessidade de melhor qualificação de produtores da agricultura familiar devido ao importante papel que o seguimento desempenha para a garantia da segurança alimentar do Brasil.

Esperidião Amin (PP-SC), em relatório favorável, lembra que a agricultura familiar constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros

com até 20 mil habitantes.

— Em Brasília, temos dez Ifets. E preocupa-me que cada uma dessas escolas tenham que oferecer um determinado percentual de vagas com possibilidade de prejudicar o trabalho que vem sendo desenvolvido — alertou Izalci Lucas (PSDB-DF).

O texto segue agora para a Comissão de Educação (CE), onde receberá decisão terminativa.

Avança incentivo para produtor rural preservar a Amazônia

Produtores rurais na Amazônia Legal que mantenham preservado o percentual de vegetação natural exigido pela legislação serão recompensados com incentivos fiscais e financeiros. Esse é o objetivo de projeto aprovado ontem pela Comissão de Agricultura (CRA).

O PLS 376/2017, do senador Acir Gurgacz (PDT-RO), concede benefícios aos produtores rurais da região, entre os quais a possibilidade de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de máquinas e veículos utilitários; de abatimento do Imposto de Renda (IR), para pessoas físicas e jurídicas, em razão da aplicação de recursos na recuperação de áreas degradadas; e o recebimento de compensação financeira pela prestação de serviços ambientais.

Na justificativa, Gurgacz considera que a instituição

de compensação econômica pode produzir melhores resultados em termos de preservação ambiental do que a mera ação fiscalizadora e punitiva do poder público.

O elevado percentual de reserva legal obrigatório na Amazônia Legal torna mais que justa, em sua avaliação, a concessão dos benefícios.

“Nos demais biomas do país, é de 20% da área do imóvel, na Amazônia chega a 80%. Assim, a priorização de incentivos para a conservação da Floresta Amazônica, é ação que promove justiça ambiental”, diz o autor.

Kátia Abreu (PDT-TO) elogiou a iniciativa. Segundo ela, o projeto é “espetacular por não estimular o desmatamento na Amazônia, através de incentivos econômicos e financeiros”. O texto segue para a Comissão de Meio Ambiente (CMA), onde receberá decisão terminativa.

Políticas para a pesca devem atender atividade marisqueira

A Comissão de Agricultura (CRA) aprovou projeto que dá acesso às mulheres marisqueiras a políticas públicas disponíveis para a atividade pesqueira no Brasil. O substitutivo ao PLC 47/2017 foi apresentado pelo ex-senador Cidinho Santos e aprovado no final de 2017 pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). O texto agora vai ao Plenário.

Apesar de avaliar o PLC 47/2017 como “altamente meritório”, Cidinho disse que detectou vícios de injuridicidade e inconstitucionalidade no texto da autora, a deputada Tia Eron (PRB-BA).

Depois de reconhecer a atividade de extração de mariscos como vital para o setor de serviços e turismo, o relator decidiu elaborar substitutivo para contornar

esses problemas.

“Na forma original, o projeto não terá reais efeitos práticos, pois não traz claras obrigações e, sobretudo, não prevê fontes de custeio”, pondera Cidinho.

A saída encontrada pelo relator foi promover mudanças na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Lei 11.959, de 2009), para abrigar a atividade extrativa de mariscos como atividade de pesca. Assim, deverá se estabelecer, para todos os fins legais, que quem extrai mariscos em manguezais é reconhecido também como pescador artesanal.

A relatora na CRA, Eliziane Gama (Cidadania-MA), acatou integralmente o substitutivo aprovado pela CDH.

Obras da administração pública deverão usar madeira legal

A madeira nativa usada em obras, serviços e aquisições da administração pública deverá ter procedência legal. A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem o PLS 234/2016, que exige essa comprovação. A proposta segue para o Plenário.

Pelo projeto, os editais de licitação para aquisição direta ou indireta de produtos e subprodutos de madeira nativa deverão prever a comprovação de sua procedência. Seja madeira para escoramento,

toras, dormentes, mourões, lascas, pranchões, palanques e lenhas, ou subprodutos da madeira nativa.

O relator do texto na CMA foi Otto Alencar (PSD-BA). O projeto é resultado do programa Jovem Senador. Segundo a justificativa dos estudantes que elaboraram a sugestão, a atividade ilegal de extração de madeira nativa contribui para a redução de espécies nativas e em extinção, além de alterar as relações ecológicas entre os seres vivos.